

VISÕES DO ESPLENDOR – ESCLARICENDO BRASÍLIA

Gilberto Figueiredo Martins

Professor Doutor da Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Campus de Assis – SP
bettomartins@uol.com.br

Em memória de Julio Lerner.

O que torna tão incomparável e tão irrecuperável a primeiríssima visão de uma aldeia, de uma cidade na paisagem, é que nela a distância vibra na mais rigorosa ligação com a proximidade. O hábito ainda não fez sua obra. Uma vez que começamos a nos orientar, a paisagem de um só golpe desapareceu, como a fachada de uma casa quando entramos. Ainda não adquiriu uma preponderância através da investigação constante, transformada em hábito. Uma vez que começamos a nos orientar no local, aquela imagem primeira não pode nunca restabelecer-se. (BENJAMIN, 1997).

História que poderia ser vista de modos tão diversos que a melhor maneira de não errar seria a de apenas enumerar os passos da moça e vê-la agindo assim como apenas se diria: cidade. /.../ O olhar não era descritivo, eram descritivas as posições das coisas. (LISPECTOR, 1998).

Contemporâneo de Clarice Lispector, o crítico de arte Mário Pedrosa sempre foi contundente ao avaliar o projeto de transferência da capital para o interior do país, denunciando, logo de início, seu substrato anacrônico e contraditório e o que havia de imediatismo e imaturidade em sua execução. Para ele – apoiado na comparação a estudos de Worringer sobre o Egito –, a construção de Brasília

retomaria perigosamente a tradição de erguimento de "cidades-oásis", plantadas artificialmente no território e na história de determinadas regiões. "Condenados ao moderno", os brasileiros teriam demorado muito para estabelecer, mesmo que minimamente, resquícios *orgânicos* de produção autóctone, os quais resistiam, a duras penas, à potência de transformação e absorção das culturas estrangeiras e dominantes; e, justamente, quando tal resistência começava a se tornar visível e "natural" nos "centros de irradiação" desenvolvidos em terras litorâneas do país, ressurgia a idéia de "começar tudo do começo":

Não é à toa que algo de contraditório se esconde no invólucro moderníssimo de sua concepção. Para a parte do país que conta econômica, social e culturalmente, a fase de simples ocupação de parcelas de territórios, enquistadas à maneira de oásis, pelas virgens hostilidades da natureza envolvente, pertence ao passado. Então, cabe perguntar: vencida a fase da colônia ocupante com suas características de produto artificial sintético, as quais de algum modo se assemelham às ruínas de praça sitiada, será possível construir-se a nova Capital fora das áreas de civilização naturalizada, onde desabrocharam os primeiros rebentos de uma cultura enfim orgânica e autóctone? Não significará tal empreendimento recomeçar a fase de oásis? Não é paradoxal destinar-se tal "colônia" de fabricação ultramoderna a ser a cabeça dirigente do país, a sede de seu governo? Instalar-se-ia assim o centro político-administrativo do Brasil de novo num oásis, isto é, numa colônia de ocupação afastada das áreas onde se desenvolve o processo vital de crescente identificação entre sua história "natural" e sua história cultural e política. (PEDROSA, 1998, p. 391)¹.

O distanciamento entre governo e povo – situação de isolamento a ser reforçada pela localização geográfica de uma capital assemelhada a uma torre de contemplação a distância ("Brasília seria uma espécie de casamata impermeável aos ruídos externos, aos choques de opinião") –, poderia prejudicar e mesmo anular o futuro do empreendimento. O risco maior seria o de se cristalizarem irremediavelmente "os vícios inerentes à sua concepção", a saber, o "centralismo burocrático" e a "onipotência administrativa de quem decide sem as resistências de uma opinião presente e de forças contrastantes não dispersas":

Nesse clima artificial e de isolamento, a irresponsabilidade moral medrará com viço, à medida que o centralismo de uma nova burocracia tecnocrática, todo-poderosa, se for desenvolvendo, sob os efeitos do afastamento da vida nacional propriamente dita, conjugado às tremendas disponibilidades em recursos de um

¹ O texto foi originalmente publicado em 1957.

superprogresso técnico indispensável, não só para plantar como para fazer vingar a cidade nas condições tão antinaturais, tão artificiais, tão imaturas, de sua fundação. A Brasília de Lúcio Costa é uma bela utopia, mas terá ela algo que ver com a Brasília que Juscelino Kubitschek quer edificar? (PEDROSA, 1998, p. 393-394)².

O "clima e [a] atmosfera inevitáveis de exceção", que constituem o território geográfico e ideológico no qual se implanta o *projeto utópico* de Brasília, acabariam por servir, como visionariamente indicava Pedrosa, de base e sede a um regime político também de exceção: "a fisionomia urbana ambígua /.../ parecia amoldar-se, de antemão, à autocracia por vir"³. E, não sem ironia, o crítico sugere:

Na utopia Brasília não há lugar para forças e armas militares tradicionais. A não ser que essas tropas não se destinassem a defendê-la contra inimigos externos, mas, em certos momentos reputados oportunos, a passar seus *tanks* à moda tão nossa conhecida, pelo eixo central da cidade, a fim de fazer efeito sobre os próprios habitantes e pesar, com o seu voto, sobre a deliberação de um ou mais poderes da República. Mas então para que mudar? Para que Brasília? Para que sonhar com utopias? Uma utopia não suporta anacronismos dessa ordem. (PEDROSA, 1981, p. 313).

² Buscando explicar a lógica do funcionamento da Nova Capital como espaço de exceção, Frederico de Holanda (2002, p. 300) afirma: "/.../ sua lógica reside em /.../ dois tipos de separação: uma, entre o Estado e a sociedade civil, materializada, no nível espacial, num pedaço especializado de território, servindo a uma função superestrutural fortemente segregada; a outra, entre a cidade-capital e qualquer região historicamente consolidada no Brasil, realizada pela construção de Brasília num planalto então praticamente deserto, marcando, com isso, a relação radicalmente transpacial entre a capital e o país. /.../ a lógica da separação preside o espaço urbano da cidade, explodindo o seu tecido num conjunto de setores especializados claramente separados por fortes barreiras físicas".

³ Arantes, O. (1991, p. 134). Luís Carlos Lopes (1996, p. 80) completa: "O fato de Brasília ter-se consolidado no governo Médici tem despertado a ira de muitos contra o projeto. A nova capital, transformada em quartel general na fase mais dura da aplicação da ideologia da segurança nacional, passou a ser vista como símbolo do autoritarismo do Estado brasileiro. A cidade, sede do poder, carrega os seus signos históricos. /.../ A cidade é confundida, pelo senso comum, como a personificação arquitetônica da história. O aspecto monumental de toda sede urbana de um governo central transfigura os seus signos originais naqueles que interessam o poder. Os monumentos podem ser alterados, como a leitura dos mesmos poderá sempre ser revista em sentidos diversos. Depois de 1964, os governos tentaram, de todos os modos, apagar a memória do antes. Por meio da propaganda oficial, buscou-se a criação de novos signos e a releitura de outros. Brasília foi revista, reorientada de suas significações originais". E, finalmente, é de Juscelino o depoimento a seguir: "Muita coisa se fez depois de mim. Meus sucessores deram continuidade à obra iniciada. Reconheço também, não há por que negar, que os governos militares vêm tocando a cidade em seu ritmo imprescindível. Aliás, nunca duvidei disso: Brasília possui um profundo sentido de segurança nacional, de defesa e de posse – preocupações sempre presentes em nossas Forças Armadas. Antes de ser capital do mundo futuro, é um marco da ocupação do Brasil pelos brasileiros". (*Apud* COUTO, 2001, p. 288).

E essa passagem do plano utópico a seu avesso não escapou ao olhar sensível e perspicaz de Clarice Lispector, que escreveu duas crônicas sobre a cidade: "Vou agora escrever uma coisa da maior importância: Brasília é o fracasso do mais espetacular sucesso do mundo".

Na primeira crônica – *Brasília*, escrita em 1962⁴ –, Clarice desvendava o que havia de artificialismo e de intenção mistificadora no projeto de planejamento, construção e transferência da Nova Capital, e o que ele guardava de pretensão de açambarcamento total do sentido, deslindando-se, sobretudo, a negatividade da empreitada, seus mecanismos totalizadores e autoritários. Nessa sua primeira visão, Brasília já aparecia como cenário e palco de perseguições, de exercícios de anulação da diferença e de lutas de morte, lugar em que as subjetividades não se constituíam ou jaziam petrificadas. A aparência esplendorosa era, sob o foco da cronista, virada em seu lado contrário, e podíamos fitar – hirtos e mudos –, as artimanhas sedutoras do Poder, suas estratégias retóricas de auto-magnificação, o uso hipnótico e coercitivo do belo e do monumental, a figuração ritual do êxtase e seu corolário de imobilidade, os signos espectrais da morte, da desapareção pletórica, da miragem e do silêncio.

Na Cidade Nova, o natural não convencia e cedia espaço ao sobrenatural; e modernizado, na paisagem desértica e aterradora, o mito virava sortilégio. Até mesmo a "liberdade", não resultando naturalmente dos processos de produção e dos códigos usuais de sociabilidade, mostrava sua outra face, de imposição homogeneizadora e ilusão de completude. O que pareceria *outro*, resposta idealista a uma realidade social sufocante, acabava por carregar as marcas do *mesmo* e da permanência, em um *mundo administrado, nova espécie de barbárie* – progresso convertido em regressão autoritária, avanço regressivo, mudança sem superação:

De obstáculo e resíduo o arcaísmo passa a instrumento da opressão mais moderna. O Brasil é assim até hoje: um passo ultramoderno de inserção internacional subordinada dado, como sempre, pela mesma coalizão conservadora consolidada no compromisso de 1930. Modernização conservadora, como o nome indica, quer dizer isso mesmo, reestruturação produtiva com iniquidade social, a nova e a velha.

E modernização como enclave num incipiente aparato produtivo dos elevados padrões de consumo das elites – esse o nicho da Arquitetura Moderna Brasileira. Daí sua ambigüidade: prometia desenvolvimento, isto é, homogeneização social num país dualizado, quando na verdade só fazia aprofundar uma moderniza-

⁴ Em trabalho anterior, realizei a análise interpretativa da primeira crônica, escrita por Clarice pouco tempo depois da inauguração da capital. Ver Martins, 2004. Originalmente, e em versão ampliada, a leitura das duas crônicas constitui o terceiro capítulo de minha tese de doutoramento na área de Literatura Brasileira (MARTINS, 2002).

ção restringida, sublinhando ainda mais o desajuste do enxerto. Falsidade também na involuntária associação ufanista com o desenvolvimentismo. (ARANTES, O., 2002, p. 8).

Entretanto, é sobretudo na segunda crônica de Clarice Lispector que as imagens da violência do regime político opressor proliferam-se e ganham força.

A hora da estrela espatifada

Escrita doze anos depois da primeira, *Brasília: esplendor* aparece em 1974 (último ano do governo Médici)⁵. E se herda da antecessora o monumentalismo das frases, inchadas pela significação concentrada – constituição que parecia reproduzir no primeiro texto o jogo de *cheios e vazios* com o qual se fizera e se configurava a própria cidade –, apresenta, em contrapartida, reflexos de um processo generalizado de multiplicação e de autorreferencialização indeterminadas que acabam por ameaçar agora a textualidade e, conseqüentemente, sua leitura. O *espatifamento* que contamina e determina a forma do texto e estiliza sistematicamente associações, significantes e significados parece mesmo reproduzir a ruptura radical e definitiva entre o sentido do projeto utópico que gestou a "Capital da Esperança"⁶ e sua irrealização no tempo, tornada a cidade centro administrativo e sede ideológica de um poder militar e conservador que limita sistematicamente, pelo uso da força, da perseguição e do silenciamento, liberdades individuais e direitos coletivos. Não por acaso, uma das imagens do texto que melhor refletem um esforço dramático de definição e síntese é aquela na qual se afirma que "Brasília é uma estrela espatifada"⁷, logo imantada a afirmações de caráter metalingüístico: "não sei descrever Brasília"; "não há como concretizá-la", simplesmente porque "Brasília não é". Se a ir-

⁵ Pouco antes, em outubro de 1972, Clarice publicava uma outra crônica, na qual transcrevia uma conversa que tivera com um casal de arquitetos, Paulo e Gisela Magalhães. O assunto também era a Nova Capital: "Brasília de ontem e de hoje" (LISPECTOR, 1999, p. 426-428 – *A descoberta do mundo*).

⁶ O epíteto foi conferido à capital pelo escritor francês André Malraux (então Ministro da Cultura do governo De Gaulle), que visitou a cidade em 29 de agosto de 1959. A expressão viria posteriormente a se tornar o título do hino oficial de Brasília.

⁷ Talvez com menor força, a metáfora também sirva para referir o desenvolvimento urbano do Plano Piloto e sua relação com o *entorno*, nos primeiros anos após a fundação da capital. Afinal, como afirma Paviani (1989, p. 66), "outra especificidade de Brasília reside no fato de se constituir em uma cidade polinucleada, com largos espaços não-ocupados, uma verdadeira constelação urbana, derivada de uma periferação planejada. Ao contrário das demais metrópoles que foram agregando bairros, subúrbios, conurbando-se com municípios vizinhos, numa verdadeira soldadura do tecido metropolitano, Brasília planejou o espaçamento entre os núcleos, tentando fugir à conurbação e ao emaranhado das cidades ditas tradicionais". (Grifo meu).

representabilidade de uma capital moderna no coração de um país periférico e atrasado provocava na primeira crônica a proliferação de imagens fantasmáticas, reafirma-se tal idéia e põe-se em xeque nessa segunda, e de forma definitiva, a possibilidade de sua representação em palavras⁸. O brilho e o "esplendor" anunciados no título advêm de um objeto violentamente dilacerado, estrela cindida em mil pontas que desnorream e obnubilam a visão, beirando a opacidade, provocando alucinados volteios verbais, ocasionando a convulsão esquizofrênica da linguagem⁹.

Por vezes reunidas graças a um processo organizativo de associações livres e de multiplicadas hiâncias, as frases conceituais e pletóricas desembocam no seu contrário, na perda do sentido, a qual é, em essência, o silêncio: "Estou de repente muda e sem assunto. Respeitem o meu silêncio"; "Estou muda que nem uma lua". Confrontado com a impossibilidade de descrever "impressões leves" sobre idéias e ideais evidentemente contraditórios que se negam a uma síntese, o sujeito que escreve se vê aprisionado pela retórica e pelo esvaziamento da forma. O monumental transfigura-se em ornamental verbalismo. Arquitetura e literatura exercitam-se, agonicamente, no limite fantástico da desapareição, desfigurados e *desconstruídos* cidade e texto, produtos de linguagens suicidas que desfiguram seu principal traço constitutivo: a união primeira entre significante e significado... Brasília e sua representação verbal (a crônica) cintilam, porém, como sombras.

⁸ Tal como a divindade no pensamento religioso judaico, a nova capital tem inclusive um nome outro, secreto e impronunciável: "Mas minha palavra não é a última. Existe uma que não posso pronunciar"; e "Brasília é XPTR... quantas consoantes você quiser mas nenhuma vogal para se descansar".

⁹ Remeto à leitura do ensaio *A linguagem esquizofrênica*, em Mannoni (1992, p. 139-151), no qual o autor aproxima as teorias de Freud, Melanie Klein e Bion, para concluir sobre a relação entre esquizofrenia e linguagem: o esquizofrênico tem como objeto de seu medo o pensamento verbal – "o que ele teme e, por conseguinte, o que procura evitar, é o risco de que as palavras tenham um sentido". Tratando-as como coisas, o portador dessa anomalia físico-psíquica reproduziria alguns mecanismos presentes no humor, na poesia e nos sonhos, tornado "uma espécie de especialista da linguagem" (p. 140), concentrando a atenção exclusivamente no significante, recusando a importância do significado.

Clarice Lispector, ao afirmar que não passava de "frases ouvidas por acaso", ao brincar com a materialidade mesma dos significantes (escrevendo-os ao contrário, trocando letras, usando-os como instrumentos de agressão física), e ao construir seu texto por intermédio de mecanismos de associação livre que reúnem frases soltas, sem coesão causal (ver, ainda, nesse livro, o estudo *O que é associar livremente?*), Lispector resvala, em sua produção, nos conceitos que Bion formula acerca da esquizofrenia, cuja linguagem é feita, segundo ele, de *frases que chegam em voz baixa, quando não se pensa em nada; frases que não significam nada e às quais é preferível não prestar atenção*. No entanto, assim como na crônica, "quando essa linguagem veicula uma significação /.../, nesse caso trata-se de vezes que pretendem falar como uma autoridade absoluta e tirânica" (p. 143).

Acompanhada dos acordes da valsa "Sangue Vienense", de Strauss, a escrita de *Brasília: esplendor* quer descrever, mais do que uma cidade, uma época na qual a cor branca da bandeira nacional é dramaticamente substituída pelo escarlate do "sangue coagulado"¹⁰, que aponta para práticas violentas e repressivas, as quais nodam definitivamente o espírito original do projeto dos dois arquitetos¹¹. Nessa crônica, a enunciativa – em nova visita à cidade –, vê-se perseguida por um "gigantesco" e "implacável" olho verde (provável encarnação metonímica e icônica da cor das fardas que tomam o poder a partir de 1964¹²), sempre acompanhado de um autoritário dedo em riste, completando o corolário da intrusão tirânica que persegue e ameaça a liberdade do cidadão ou do visitante:

Brasília é uma estrela espatifada. Estou abismada. É linda e é nua. O despudoramento que se tem na solidão. Ao mesmo tempo fiquei com vergonha de tirar a roupa para tomar banho. Como se um gigantesco olho verde me olhasse implacável. Aliás Brasília é implacável. Senti-me como se alguém me apontasse com o dedo: como se pudessem me prender ou tirar meus documentos, a minha identidade, a minha veracidade, o meu último hálito íntimo. Ai se o Rádio Patrulha me pega e me sova!

"Infeliz definidora por destino", a "escriva", como os antigos *aedos*, apropria-se de uma realidade factual e confere-se novamente a tarefa de descrevê-la, analisá-la e relatá-la, expondo com radicalidade as difíceis interações entre o momento histórico-político coletivo e um destino individual¹³. A lógica

¹⁰ Afirma-se na crônica: "Aliás a época que estamos atravessando é fantástica, é azul e amarela, e escarlate e esmeralda".

¹¹ Mesmo durante a construção da capital a violência foi viga essencial de sustentação do processo de modernização do país. Relata Gouvêa (1995, p. 63-64): "Um exemplo marcante da forma violenta como eram tratados os candangos, foi o *massacre da Pacheco Fernandes* em 1959, em que dezenas de trabalhadores foram metralhados e mortos, por reivindicarem melhores condições de alimentação no acampamento da construtora encarregada da construção dos palácios. Segundo relatos da época, os policiais dispararam sobre as beliches, atingindo inclusive trabalhadores que se encontravam enfermos nos alojamentos e foram necessários caminhões basculantes para a remoção dos cadáveres, que foram enterrados em vala aberta longe da cidade, provavelmente nas proximidades de Planaltina. Posteriormente, famílias que ocuparam o alojamento tiveram /.../ que raspar o piso, pois este se encontrava manchado de sangue".

¹² Ao final da crônica, tenta-se reverter reativamente a carga semântica desse cromatismo simbólico, tornado assim disfarce e revide: "Aviso que vou comprar um chapéu de feltro no estilo antigo, com copa pequena de abas viradas. E também um xale verde de crochê. Brasília não é crochê, é tricô feito por máquinas especializadas que não erram. /.../ Me enrolo toda no crochê verde-esmeralda, me enrolo toda. Para me proteger. Verde é a cor da esperança. E terça-feira pode ser um desastre. /.../ Está resolvido: compro é chapéu verde para combinar com o meu xale".

¹³ "O problema é que o papel branco exige que eu escreva. Vou e escrevo. Sozinha no mundo, no alto de um morro. Eu queria ser regente musical, mas diz que mulher não pode ser por não ter resistência física. Ah, Schubert, adoce um pouco Brasília."

implacável da intimidação é desnudada por Lispector nessa segunda crônica. E contra tal sistema parecem reagir a ilogicidade do texto, o esfacelamento da construção, os delirantes torneios frásicos, as concatenações falsamente causais... Se "Brasília é uma piada estritamente perfeita e sem erros", quem a afronta e enfrenta confessa: "E a mim só me salva o erro". O texto é, assim, espaço de denúncia, mas também de transgressão, reação e sobrevivência: "[Brasília] é palavra bem aplicada. É gramatical demais para o meu gosto. E o pior é que ela exige gramática *but I don't know, sir, I don't know the rules*".

Salvaguardado juridicamente pelo aparelho retórico da segurança nacional, o regime militar apropria-se de uma acepção restrita e subjetiva do conceito de subversão e confere-lhe valor de verdade absoluta: passam a ser taxados de *inimigos da pátria* e, portanto, dignos de perseguição interna e punição, todos aqueles que não pensam com o poder¹⁴. A aniquilação e o silenciamento, sob tortura, de todo discurso que se afirma como *outro* em relação ao oficial são, assim, *naturalmente* justificados (e, o que é pior, legitimados legalmente, quando a lei se identifica – ou confunde –, com a vontade do governante)¹⁵. O caráter brutal dessa experiência-limite de relação com a alteridade tem seu espaço na crônica. A tortura ou "sova" (explicitamente referida mas também metaforizada, por exemplo, nas imagens da "cadeira elétrica" ou "magnífica cadeira de morte" do dentista, da "terrível luz branca", "agressiva e dura", do "martírio", do "vidro partido no chão da rua", do "pontapé no traseiro" e do "clima" que "chicoteia um pouco a gente"), principal mecanismo repressor da barbárie totalitária, objetiva a proliferação exemplar do medo (que, aliás, domina o tenso registro das duas crônicas), e da ameaça generalizada de retaliação¹⁶.

¹⁴ Lê-se na crônica: "A moça me revistou toda no aeroporto. Eu perguntei: tenho cara de subversiva? Ela disse rindo: até que tem. Nunca me apalparam tanto, Virgem Maria, até que é pecado. Foi um tal de passar a mão em mim que nem sei como agüentei".

¹⁵ Clarice, que voltara à capital para proferir uma palestra sobre "vanguarda literária brasileira", atendendo a um convite de José Guilherme Merquior, desabafa na crônica: "Fui delicadamente acarinhada em Brasília mas morri de medo de ler minha palestra. /.../ Eu me meto em cada uma, que vou te contar. Mas é bom porque é arriscado. Acreditem ou não: enquanto eu lia as palavras, eu por dentro rezava. Mas, de novo, é bom por ser arriscado." E completa, em tom de sábio conselho: "Calados fiquemos: é melhor para nós".

¹⁶ Em contrapartida, na crônica, afirma-se a manifestação subjetiva de um direito de resposta dotado de igual radicalidade: "Ai que te pego, Brasília! E vais sofrer torturas terríveis nas minhas mãos! Você me incomoda, ó gélida Brasília, pérola entre os porcos. Oh apocalíptica"; "Quem é que atravessa como espada afiadíssima a futura e sempre futura cidade de Brasília?". Como se lê em Viñar (1992, p. 69), "o poder despótico silencia completamente por uma adesão, por uma submissão feita de adaptação e de cumplicidade. Ele não faz diferença entre a passividade aparente, de pura fachada, e um silêncio rancoroso e obstinado, que, em sua angústia, contém uma violência. Esta última preserva a alteridade radical face ao código tirânico e manifestará a revolta na clandestinidade ou num tempo anterior, mais apropriado". Como o faz Clarice, em seu depoimento judicativo, "vomitado" (segundo ela própria), após a visita.

Buscando aniquilar valores e convicções, a tortura desorganiza a relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo, anulando qualquer liame identificatório possível: então, a destruição e degradação do corpo operam, eficazmente, na preparação e desencadeamento da fratura e do desabamento psíquicos¹⁷. Por isso mesmo, no texto, o mundo próprio do sujeito, seu universo de investimento objetual, transforma-se em fonte de temor e de rejeição. Como conseqüência, o espaço vivido torna-se incomensurável e o tempo ganha contornos de eternidade¹⁸ – está preparado o cenário de pesadelo (e horror e fascinação) que emoldura ou mesmo funda a experiência-limite reproduzida na crônica: "O tempo infinito, o horror sem limite, as condições de isolamento, a estranheza, a solidão, assim como a sucessão de mensagens fragmentárias e contraditórias que conduzem à loucura /.../, são eles que constituem os elementos essenciais e ordenadores"¹⁹.

A monumentalidade retórico-simbólica da capital é agenciada pelo sistema para ativar a ilusão perversa da fascinação visual, que aliena o indivíduo e inculca na coletividade valores de mando e domínio, concretizando e renovando indefinidamente o projeto final de aterrorizar e submeter. O *esplendor* da cidade, em tudo superlativa (afinal, "Brasília é hiperbólica" e "não admite diminutivos"), amplia e faz proliferar a alternância sem fim entre a percepção alucinatória e o teste da realidade (este reafirmado sob a forma de um repertório variado de manifestações de violência). E na crônica, a qual se configura com a *organicidade* própria a um quadro de confusão onírica, "o que não pode ser nomeado toma o lugar do descritivo"²⁰. Embora não diretamente vitimada pela tortura física imposta por um sistema que exerce o poder sem mediação, Clarice Lispector, contudo, faz-se porta-voz da coletividade ("Todo mundo é eu?"), ameaçada pelo terror estrategicamente concentrado no irradiador *coração do país*²¹. O retrato da capital impregna-se com a (in)certeza da punição, em sua virtualidade

¹⁷ Conferir Viñar (op. cit., p. 47-48), onde se afirma que a tortura encaminha a um processo de indiferenciação entre objetos internos e externos, já que "o martírio destrói o caminho da maturação ontogenética e reinstaura um sistema de relações objetais primitivas que obriga a reestruturar, mesmo a fundar novamente, o mundo próprio dos valores".

¹⁸ "Estou tão perdida. Mas é assim mesmo que se vive: perdida no tempo e no espaço."

¹⁹ Viñar (op. cit., p. 59). Ainda segundo os autores, "a tortura é todo dispositivo intencional, quaisquer que sejam os meios utilizados, engendrada com a finalidade de destruir as crenças e convicções da vítima para privá-la da constelação identificatória que a constitui como sujeito. Este dispositivo é aplicado pelos agentes de um sistema de poder totalitário e é destinado à imobilização, pelo medo da sociedade governada". (60)

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ "A tortura cria no espaço social algo como um referente de punição, cujos efeitos trágicos visam não somente à vítima, mas, através dela, ao grupo social no qual provoca o medo e a paralisia." (Idem, p. 73).

sofisticada pois onipresente: "Será proibido tudo, meu Deus?"; "Por que me sinto tão culpada lá? que foi que fiz?"; "Brasília é o meu martírio"; "E como dói"; "Castigo? Mas o que foi que fiz de errado, meu Deus? Não quero saber, diz Ele, castigo é castigo"; "Olha para baixo, olha para cima, olha para o lado – e a resposta é um berro: nãããããão!" ...

Como recursos reativos aos caminhos pelos quais a ditadura se instala no sujeito, levando à perda da identidade individual e social, aparecem no texto a **alucinação** e a **memória**. Aquela, em resposta ao risco de aniquilamento, busca reduzir ou anular o sentimento de precariedade e desamparo, tornando o horror mais suportável, como estratégia de reparação de uma catástrofe psíquica²². Já a memória, pela via da atividade iterativa da lembrança lúcida e intensa, que apela à história privada e individual, resgata um "antes" povoado de afetos e valores, num tempo outro, distanciado mas tornado presente e atuante. A *presença* (em sentido forte) de espaços da memória (como o da paisagem da infância, por exemplo: "Ah que saudade da praça Maciel Pinheiro em Recife. Tanta pobreza de alma. E tu a exigires de mim. Eu, que nada posso."), e de seres para quem se destina uma abertura afetiva e nos quais se projeta uma promessa de identificação e acolhimento (há inúmeras referências aos dois filhos e ao cachorro da autora na crônica²³), oferecem-se como recursos contrapontísticos (e

²² Do ponto de vista estilístico, os automatismos de repetição (usados e metalingüisticamente referidos na crônica), reforçam e figuram, como fugas esquizóides, a condição de sujeito desejanste, que resiste a uma violência impossível de controlar. Além disso, verifica-se em tal recurso expressivo a articulação entre acontecimento traumático e fantasma, já que o não inscritevel traumático (o que não pode ser dito), potencializa-se como fonte ou motor de compulsão à repetição no sujeito: como se vê, a enunciadora constantemente se questiona e/ou afirma, após retomar imagens, símiles e construções analógicas: *estou me repetindo? Será que eu já disse? Me repito?...* Para a Psicanálise, nos casos da escuta de pacientes vitimados pela repressão e tortura, "no início, como quando de um vivido traumático, a urgência de dizer, de fazer saber a experiência do horror, parece um traço quase universal. O ritmo acelerado, hipermnésico, assim como a repetição insistente, rígida, estereotipada, do mesmo relato parecem ser a norma. /.../ Por vezes, dissimulada por trás da reticência, a explosão catártica termina por fazer irrupção. Retorno ao terror acompanhado de um sentimento de atualidade absoluta da experiência, fracasso da dissociação entre passado e presente, ausência de limites entre presença e lembrança." (VIÑAR, op. cit., p. 146). Hipótese confirmada quando, na crônica, lemos: "Noto aqui um acontecimento que me espanta: estou escrevendo no passado, no presente e no futuro. Estarei sendo levitada? Brasília sofre de levitação".

O hermetismo de certas construções e mesmo o registro evidentemente emocional e auto-referente de alguns excertos parecem remeter, assim, a um processo de recolhimento interior destinado a restaurar os limites e a negar o "fora" aterrorizante e incontrolável.

²³ Uma das ações perversas do terror totalitário é exatamente a de tornar público e devassável tudo o que é íntimo e privado – o espaço da liberdade é confinado, não somente na cena pública, mas também na intimidade das relações. E, sabe-se, "o segredo e a opacidade íntima são fundamentos da identidade. Sua perda – transparência do pensamento – é a queda na lou-

suportes simbólicos de pertinência e verdade subjetiva), à imposição dominadora de um cenário totalitário que potencializa no sujeito a sensação de estranheza e estranheza dentro de seu próprio território²⁴.

Distanciada espacialmente da Nova Capital (menos ameaçadora porque tornada "lá"), a enunciatória escreve, do Rio de Janeiro ("cidade turbulenta de meus amores"²⁵), resgatando e reinvestindo sua identidade, mesmo ameaçada por um aparelho policial que sistematicamente rastreia e vigia: "Aterrissei mesmo. *There is no place like home*. Como é bom voltar. Ir é bom mas voltar é mais melhor. Isso mesmo: mais melhor". Se a não-presença desses elementos identificatórios, na distância, conotava a morte, sua re-inserção em espaço familiar é agora promessa de restituição: "Me mato? Não. Vivo como bruta resposta. Estou aí para quem me quiser".

Crônica utopia

Mais uma vez, a concepção e o traçado urbano de Brasília são relidos como formas de dominação e de impedimento do encontro entre iguais, o que sempre pode suscitar a reivindicação... Mendigos, prostitutas, pedestres e cidadãos comuns são sumariamente excluídos, "expulsos" de uma cidade traçada para abrigar aqueles que detêm o poder econômico e as formas mecânicas de deslocamento

cura" (VIÑAR, op. cit., p. 143). Até mesmo Ulisses, o animal de estimação de Clarice, é vitimado por essa lógica do sistema: "Ah que saudade de meu cachorro. Tão íntimo que ele é. Mas um jornal tirou o retrato dele e ele ficou na boca da rua. Eu e ele. Nós, irmãozinhos de São Francisco de Assis". E o pior – a informação, tornada pública, é sistemática e convenientemente manipulada e distorcida: "Dei inúmeras entrevistas. Modificaram o que eu disse. Não dou mais entrevistas. E se o negócio é mesmo na base da invasão da minha intimidade, então que seja paga. /.../ e tem mais: eu sozinha, é um preço, mas se entra o meu precioso cachorro, cobro mais. Se me distorcerem, cobro multa. Desculpem, não quero humilhar ninguém mas não quero ser humilhada. /.../ de minha vida mesmo eu só concedo dizer que tenho dois filhos. Não sou importante, sou uma pessoa comum que quer um pouco de anonimato." (Grifos meus).

²⁴ Relacionando fenômenos da globalização e processos e estruturas da cidade desigual, afirma Vêras (2000, p. 18): "As desigualdades sociais permanecem, agudizam-se. Se o lugar antropológico é a construção concreta e simbólica do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentimento de pertinência, a desintegração desse espaço pode ser referida como não-lugar antropológico. Retrato da nossa época, o não-lugar existe mesclado ao lugar. /.../ O espaço do não-lugar é o do cliente, do usuário, do passageiro, dos ouvintes do anonimato afetivo, como parênteses, e não da pessoa humana plena, do cidadão".

²⁵ A antiga capital do país comparece na crônica em inúmeras referências, geralmente para que sejam traçadas diferenças definitivas e flagrantes quanto aos modos de subjetivação e às formas de sociabilidade em ambas. E a opção da autora é categórica: "Prefiro o entrelaçamento carioca".

espacial²⁶: “Agora me pergunto: se não há esquinas, onde ficam as prostitutas de pé fumando? ficam sentadas no chão? E os mendigos? têm carro? pois só se pode andar de carro lá”. Os laços sociais autênticos – e seu inerente espaço de hesitação e indecisão –, são radicalmente modificados²⁷, substituídos pela verdade monolítica e sem falha do discurso da tirania, portador de noções absolutas e unívocas de bem e mal, impostas de fora²⁸. Todas e quaisquer singularidades, tentativas de interação ou manifestações de independência são perseguidas pela lei despótica e tecnocrática que as vê e rotula como arrogância, passível, portanto, de eliminação e morte (à traição), para que só a ordem e o progresso reinem: “Morri. Morri assassinada por Brasília. /.../ Rezem por mim porque eu morri de costas”; “Vou sob protesto. Eu. A fantasmagórica” (grifos meus). Daí, a confissão do sentimento de “medo pânico” frente a uma cidade que encarna e magnífica o absurdo da brutalidade perversa e da violência assassina da autoridade onipotente, graças à qual a impostura autorizada substitui a lei. Espetacularizando sua suposta legalidade absoluta, a ordem instituída age com eficácia, visando à interiorização,

²⁶ Aparecem, ainda, na crônica, menções à ausência de manifestações culturais populares, sobretudo as das chamadas minorias raciais: segundo a autora, em Brasília, “falta macumba” e a cidade “entorta um pouco o samba”. Sobre o aspecto místico-religioso do cotidiano brasiliense, ver o interessante estudo de Deis Siqueira e Lourdes Bandeira, O profano e o sagrado na construção da “Terra Prometida”, em Nunes, B. F. (1997, p. 227-250). No mesmo volume, o ensaio do organizador da coletânea – Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília –, traz a seguinte afirmação: “Com exceção de sua arquitetura, a cidade não conseguiu ainda se firmar como a mais completa tradução da cultura brasileira. O cerrado chega a um nível de monotonia aparente só comparável com a monotonia das raças que habitam o Plano Piloto. Em um país de mulatos a brancura da população no Plano Piloto chega a ser agressiva, longe assim de uma miscigenação-síntese que o Rio de Janeiro ou Salvador apresentam”. (p. 30).

²⁷ Duas décadas depois de escrita a segunda crônica de Lispector, permanece a impressão sobre a ocupação demográfica e as formas de sociabilidade em Brasília, no parecer dos especialistas: “/.../. Porém, falta gente. Foi feita por um militante de um partido comunista e serviu exatamente aos anseios de um modelo de ditadura militar de direita. Contradição maior. /.../ Entretanto, esta imagem aparece ainda como algo vazio. Não se tem muito claro o que são as pessoas que aqui habitam. Mais ainda, como se pode habitar em uma cidade que não tem calçada, não tem esquina, onde as referências no *bric-à-brac* dos espaços urbanos de qualquer cidade estão absolutamente ausentes? Uma cidade que não tem o cafezinho da esquina, não tem o boteco, onde não se estabelecem vínculos cotidianos com o verdureiro, o padeiro ou o marceneiro. Uma cidade em que a divisão do trabalho se reduziu ao serviço público e à vida doméstica, descaracterizando qualquer possibilidade de relações interpessoais que são as que trazem a delícia de se morar no espaço urbano. Uma cidade que não aceita aquele que não tem um automóvel, transformando a apropriação de seu espaço como algo impessoal, distante. Uma cidade sobre a qual, apesar de sua funcionalidade, é de se perguntar como construirá sua história. Aliás, parece uma cidade sem história, ainda sem gente...”. (NUNES, Brasilmar F. Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília. In: NUNES, B. F., 1997, p. 17).

²⁸ Ver, mais uma vez, Viñar (*op. cit.*) e, também, Bignotto (1998).

pela coletividade, de instâncias internas de controle e vigilância²⁹. O efeito expansivo do rumor reafirma no plano coletivo a ação mutiladora imposta à atividade de pensar:

Não há jeito da gente não ser exposta nessa cidade. /.../ Em Brasília tenho que pensar entre parênteses. Me prendem por viver? É isso mesmo. /.../ Peço humildemente socorro. Estão me roubando. A atmosfera é de indignação e você sabe por quê. /.../ Ai que safadeza. /.../ Tem coisa sobre Brasília que eu sei mas não posso dizer, não deixam. Adivinhem. /.../ Sou uma carta anônima. Não assino o que escrevo. /.../ Estou com voz fraca mas digo o que Brasília quer que eu diga: bravo! bravíssimo! /.../ Brasília é um suicídio em massa. /.../ Deus me livre de criticar. /.../ Brasília é um dente quebrado bem na frente. E é cúpula também. Tem um motivo principal. Qual é? segredo, muito segredo, sussurros, cochichos e chichos. Diz-que-diz que não acaba mais³⁰.

E a apropriação, pelo poder, das molas e engrenagens elementares da lógica prosaica ("Em Brasília não existe cotidiano"), é interiorizada como tolerância ao abuso, então naturalizado³¹:

Em Brasília não entra qualquer um, não. É preciso nobreza, muita sem-vergonhice e muita nobreza. /.../ E de repente a grande desgraça. O estrondo. Por quê? Ninguém sabe. /.../ Mas que estrondo. Eu afianço. Embora Brasília não tenha fiador.

Por tudo isso, em muitos momentos, a leitura de *Brasília: esplendor* (de 1974...), remete à atmosfera fantástica do espaço tecnocrático e futurista da sociedade idealizada por George Orwell para seu

²⁹ Na crônica, configura-se a confluência entre os planos espacial, sócio-político e subjetivo, sendo algumas fobias infantis ("Um dia eu era criança que nem Brasília"), multiplicadas e sistematicamente potencializadas no cotidiano da aterradora espacialidade urbana. Aparece, por exemplo, o isomorfismo ou equivalência entre a terrível Lei do Pai e o poder tirânico: "Preciso de um pai. Quem se candidata? Não, não preciso de pai, preciso do meu igual. Espero a morte".

A estada na cidade totalitária renova, assim, a angústia catastrófica dos espaços vazios primários de desamparo, de ruptura da simbiose: "Eu ajudo a hastear a bandeira. E perdôo a bofetada que me dão no meu rosto pobre. Ai, coitadinha de mim. Tão sem mãe. É dever ter mãe. É coisa da natureza".

Finalmente, segundo Viñar (op. cit., p. 142), "a impostura da lei totalitária perverte, pela violência e submissão, as próprias raízes do laço social, base da civilização. O dano sofrido pelo laço social abala o matricial da constelação identificatória, simultânea mas não subordinada à identificação parental, tão arcaica e originária quanto ela".

³⁰ O trecho é produto de uma montagem (minha) de frases extraídas de diferentes momentos da crônica.

³¹ Viñar, op. cit., p. 144.

romance 1984. Também neste, um poder absoluto impõe ao conjunto de indivíduos que habitam Ingsoc um modelo de funcionamento pautado na desindividualização (ou dessubjetivação) generalizada³² e na obediência cega a princípios pré-determinados por uma instância totalitária de mando. Assim como na capital focalizada por Clarice, o corpo ganha nessa espacialidade virtual e fictícia não só o estatuto de alvo privilegiado da potência agressora de uma autoridade onipotente, mas também assume e condensa o papel subversivo de repositório do desejo.

Conseqüentemente, o prazer deverá ser excluído do ato sexual, dita o Grande Irmão³³, já que é facilmente conversível em inimigo da Ordem e em risco supremo: o *comércio* sexual reduz-se, portanto, a uma operação banal sem maior importância. Do mesmo modo, em Brasília, "quem não é casado, ama sem paixão. Simplesmente transa sexo", e a violação anda *pari passu* com a fecundação, reduzindo-se a sexualidade a uma decorrência banal dos casamentos por conveniência ou a uma prática mecânica em prol dos rituais reprodutivos:

Fui irremediavelmente impregnada por Brasília; Brasília é proteína pura. /.../ E eu? onde estou? eu? pobre de mim, com o lençol manchado de escarlate. /.../ Repito: proteína pura, que és. Me fertilizou. /.../ Atenção: há esperma no ar. /.../ Olhe, Brasília, não sou dessas que andam por aí, não. Mais respeito, faça o favor. Tenho alma virgem e portanto preciso de proteção. Quem me ajuda? /.../ Que mais? é que não se sabe o que fazer em Brasília. Só fazem os que trabalham danadamente, os que danadamente fazem filhos e danadamente se reúnem em jantares de grandes delicadezas. /.../ Brasília é Marcha Nupcial. O noivo é um nordestino que come o bolo inteiro porque está com fome há várias gerações. A noiva é uma velha senhora viúva, rica e rabugenta. Deste insólito casamento que assisti, forçada pelas circunstâncias, saí derrotada pela violência da Marcha Nupcial que parece Marcha Militar e que me mandou casar também e eu não quero. Saí cheia de band-aids, com o tornozelo torcido, a nuca doendo e uma grande ferida me doendo no coração.

³² Lemos na crônica de Clarice: "Meu nome não existe. O que existe é um retrato falsificado de um retrato de outro retrato meu. Mas a própria já morreu."

³³ No romance, o *Big Brother* é representado por "uma imagem e, sobretudo, um olhar, refletido ao infinito, que cobre os muros da cidade, assim como o dos apartamentos, a voz que a teletela difunde, o nome que se invoca no começo e no fim de todo parágrafo, quer o discurso se refira à vida social ou à vida particular", tornada esta última um anacronismo que uma "novilíngua" fará desaparecer. (Cf. a análise de base psicanalítica do romance feita por Aulagnier, P., 1989, p. 263, no capítulo final intitulado "Quando a ficção antecipa a teoria").

No ambiente autoritário, o corpo sofre a transformação definitiva em máquina programada por um Outro ("Escapei como pude. E parecia teleguiada"), excluída qualquer representação do afeto ou atividade de fantasia que empreste da imagem corporal seus materiais: silenciado pelo sofrimento, o corpo *não mais existe*, não podendo haver, portanto, desejo, necessidade, demanda ou fantasia³⁴.

Anulado o *antes* como potência contestadora da vivência presente e promessa resistente de um *não-ainda*, resta ao sujeito (transformado em um "nãoser" que tem uma "vida não pensável³⁵"), submeter-se à obrigatoriedade do esquecimento imposto³⁶: "Ah, como incomoda. É como tentar lembrar-se e não conseguir"; "O que será de Brasília no ano, digamos, de 3000? Quanta ossada. Ninguém se lembra do futuro porque não pode ser. As autoridades não deixam. E eu, quem sou? Obedeço de puro medo ao mínimo soldado que apareça na minha frente e me diga: considere-se prendida. Aí vou chorar. Sou por um triz. *On the verge of*"; e "Estou suspensa até à última ordem".

O funcionamento mental passa a basear-se exclusivamente em construções ideativas, pensamentos que os outros afirmam verdadeiros e forçosos ("Eu sou eu, é assim que os outros dizem. E se dizem, por que não acreditar?"); qualquer ruptura com tal consciência programada é imediatamente repudiada, declarada um "crimidéia" (para tomar de empréstimo a Orwell outro conceito-neologismo), decretado assim um permanente estado de *sursis*. Porém, o pensamento "proibido" não desaparece, sofrendo tão-somente uma inversão instantânea de sua significação, tomado como objeto de pavor, ódio, repulsa e rejeição pelo próprio indivíduo, permanecendo seu retorno sempre possível, mas para reforçar mais uma vez os interditos, impostos à totalidade dos sujeitos³⁷: "Quero esquecer Brasília mas ela não deixa".

³⁴ Na primeira crônica já se alertava: "Brasília é assexuada. /.../ Como a gente respira fundo em Brasília. Quem respira começa a querer. E querer é que não pode. Não tem. Será que vai ter? É que não estou vendo onde."

³⁵ Conforme a terminologia da "novilíngua" de 1984. Lembro que um dos lemas do Partido, na distopia de Orwell, é exatamente "Quem tem o controle do passado tem o controle do futuro; quem tem o controle do presente tem o controle do passado". Conclusão óbvia: é preciso controlar reafirmadamente o cotidiano, o presente...

³⁶ Em 1984, delinea-se assim a relação do sujeito com a onipotente Instância Recalcadora, conforme Aulagnier (op. cit., p. 275): "porque o Grande Irmão o ameaça com *um cataclisma que já ocorreu*, o sujeito pode acreditar que é no seu futuro que corre o risco de encontrar o que, na verdade, já se realizou no seu longínquo passado". E, "graças à vigilância sem falhas da Instituição Recalcadora, *minuto a minuto* será recalcada toda lembrança, todo traço, que desvelaria para o sujeito que sua psique, e até seu corpo, já foram *vaporizados*, que psiquicamente ele é um *nãoser*". Finalmente, "o perseguidor, como o Grande Irmão, permite ao sujeito projetar num presente-futuro uma catástrofe psíquica já sofrida e, simultaneamente, proíbe-o de *pensar* em que tempo, em que lugar, por que razões a sofreu". (p. 276).

³⁷ Na crônica: "Eu falo a verdade. Não a verdade toda, como disse. E se Deus sabe, isso é com Ele. Ele que se arrume. Não sei mas vou me arrumar como posso. Como aleijado. Viver de graça é que não se pode. Pagar para viver? Tenho sobrevida. /.../ Que vergonha. É meu caso de vergonha pública".

No plano da linguagem, os reflexos da potência normativa evidenciam-se: resignada e mecanicamente, prestam-se contas, realizam-se confissões e oferecem-se relatórios, tudo em registro *adequado*, marcada a *fala* pela pertinência a uma situação extremada e à interlocução forçosamente assimétrica e desigual³⁸:

Então fui ao dentista, ouviu, Brasília? eu me cuido. /.../ E sou familiar, eu sou você, não faça cerimônia. Vai ser assim: eu o trato de senhor doutor e você me trata de tu. /.../ Morro de medo de comparecer diante de um Juiz. Emeretíssimo, dá licença de eu fumar? Dou, sim senhora, eu mesmo fumo cachimbo. Obrigada, Vossa Eminência. Trato bem o Juiz, Juiz é Brasília.

Em contrapartida, estrategicamente, assoma ao espaço da enunciação um outro interlocutor, com o qual se mantém uma forma de diálogo reinvestida pela afetividade e marcada pela conseqüente valorização positiva dos significantes: se para a polícia repressora se destina "a pior palavra da língua portuguesa: *sovaco*", a esse outro parceiro se dedicam o bom tom e a delicadeza da fala amorosa (acompanhados de uma espécie de assinatura sintética, mas categórica):

Mas para ti, meu amor, sou mais delicada e digo baixinho: axilas... /.../. Mas agora vou falar bem baixinho. Assim: meu amor. Meu grande amor. Tenho dito? Você é que responde. Vou terminar com a palavra mais bonita do mundo. Assim bem devagarzinho: amor mas que saudade. A-m-o-r. Beijo-te. Assim como flor. Boca-a-boca. Mas que ousadia. E agora – agora paz. Paz e vida. Es-tou vi-va. Talvez eu não mereça tanto. Estou com medo. Mas não quero terminar com medo. Êxtase. Yes, my love. Entrego-me. Sim. Pour toujours. Tudo – mas tudo é absolutamente natural. Yes. Eu. (Grifo meu).

Contra a programação da consciência e a petrificação mortal do discurso, o sujeito reinveste-se hiperbolicamente, reativando simultaneamente seu poder expressivo, como saída à mutilação imposta ao pensamento e à linguagem³⁹. O que não impede a autora de revisitar uma antiga sabedoria sua, constatando a força do que se erige em limite para impor a dura prova de uma impossibilidade sempre reafirmada e o retorno de uma renovada experiência de fracasso:

³⁸ Rompidas a confiança e a correspondência esperadas em uma situação de interação efetiva, resta a queixa: "Dói muito ser ofendida por uma falta de resposta. Agüento. Mas não me pisem nos pés porque dói".

³⁹ Como já se observou aqui, desse mesmo esforço de afirmação resultam a criação de neologismos, as inversões sintáticas, a desobediência a algumas regras da gramática normativa, as práticas da desconstrução lingüística e conceitual.

Brasília é arriscada e eu amo o risco. É uma aventura: me deixa face a face com o desconhecido. Vou dizer palavras. As palavras nada têm a ver com as sensações. Palavras são pedras duras e as sensações delicadíssimas, fugazes, extremas. /.../ Mas quero voltar, quero tentar decifrar seu enigma. /.../ Quero dormir! me deixem em paz!!! Estou can-sa-da. De ser in-com-pre-en-sí-vel. Mas não quero que me compreendam senão perco a minha intimidade sagrada. É muito grave o que estou falando, muito grave mesmo.

Para concluir, em tom maior:

Eu sei morrer. Morri desde pequena. E dói mas a gente finge que não dói. Estou com tanta saudade de Deus.

E agora vou morrer um pouquinho. Estou tão precisada.

Sim. Aceito, my Lord. Sob protesto.

Mas Brasília é esplendor.

Estou assustadíssima.

Contra-pondo-se à afirmação mais ou menos generalizada de que o espaço e o tempo na obra de Clarice Lispector carecem de referencialidade concreta e de *tônus* histórico e social, os textos sobre Brasília ratificam um agudo pendor reflexivo, dotado de alto grau de aferição crítica, a partir do qual se conjugam magistralmente nos escritos da autora psicologia individual e coletiva, História e Metafísica, depoimento e imagem, comentário e Arte.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otilia B. F. *Mario Pedrosa: itinerário crítico*. São Paulo: Scritta, 1991.

ARANTES, Otilia B. F. Resumo de Lúcio Costa. Caderno *mais!*, 524. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 24/02/2002 (p. 6-11).

AULAGNIER, Piera. *O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro – Do discurso identificador ao discurso delirante*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única* (Obras escolhidas, vol. II). Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social – Uma avaliação da ação governamental na área de habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: UnB, 2002.

LISPECTOR, Clarice. Brasília e Brasília: esplendor. In: *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 40-63.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES, Luís Carlos. *Brasília: o enigma da esfinge – A construção e os bastidores do poder*. Porto Alegre/São Leopoldo: UFRGS/Unisinos, 1996.

MANNONI, Octave. *Um espanto tão intenso – A vergonha, o riso, a morte*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MARTINS, Gilberto Figueiredo. Brasília: Uma torre para se contemplar o Brasil (Reflexões sobre modernização, sociabilidade e morte em uma crônica de Clarice Lispector). In: PENJON, Jacqueline e PASTA JR. *Littérature et modernisation au Brésil*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004 (p. 55-77).

MARTINS, Gilberto Figueiredo. *Alter(c)idades – Um exercício de escalas* (Espaço público, modos de subjetivação e formas de sociabilidade na obra de Clarice Lispector). Tese de Doutorado sob orientação do Prof. Dr. Valentim Aparecido Facioli. São Paulo: FFLCH da USP, 2002.

NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PAVIANI, Aldo. *Brasília: a metrópole em crise – Ensaio sobre urbanização*. Brasília: UnB, 1989.

PEDROSA, Mario. Reflexões em torno da Nova Capital. In: *Acadêmicos e modernos*. Org. de Otilia Arantes. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 389-404.

PEDROSA, Mario. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. Org. de Aracy A. Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando olhares – Uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel/EDUC, 2000.

VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. Trad. de Wladimir B. Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.

Recebido em 2 de agosto de 2007

Aceito em 4 de outubro de 2007